

## DESAFIOS EFPCs 2019

### Investimentos e Solvência



O jornal diário dos  
ancepianos.  
15 de março- 8h30

## 8º ENCONT VAI ACONTECER NOS DIAS 1º E 2 DE AGOSTO EM PORTO ALEGRE



Está confirmado: o **8º ENCONT - Encontro Nacional dos Contabilistas de Entidades de Previdência** será realizado, em uma promoção conjunta pela ANCEP e ABRAPP, nos dias 1º e 2 de agosto, em Porto Alegre. O evento vai acontecer no auditório da Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul (FIERGS).

A temática central e a programação serão definidas em uma reunião agendada em princípio para o dia 4 de abril.

"Junto com os CONANCEPs, os ENCONTs são os dois grandes eventos dos contabilistas, onde é possível vivenciar profundamente a agenda de nossos profissionais, sentir suas preocupações, conhecer seus pensamentos e conhecer as principais tendências", resume o Presidente Roque Muniz Andrade. Segundo ele, "todos devem se esforçar verdadeiramente para estarem presentes, com isso valorizando o nosso grupo e a importante contribuição que pode oferecer para a superação dos obstáculos e o crescimento do sistema".

### CFC reforça a parceria com a Receita

Representantes do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), da Receita Federal do Brasil (RFB), da Federação Nacional das Empresas de Serviços Contábeis e das Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas (Fenacon) participaram, nessa terça-feira (12), na sede do CFC, em Brasília (DF), da reunião para tratar da expansão do autoatendimento orientado e dos núcleos de apoio fiscal (NAF).

A pauta priorizou a realização do Fórum Nacional de Assuntos Tributários (Fonat), previsto para acontecer no segundo semestre; e o reforço da parceria das entidades com a Receita Federal. Para o representante da Receita, José Humberto Valentino Vieira, "a RFB tem como propósito nessa interação trazer novidades da entidade para que possam ser discutidas no grupo. Nós queremos antecipar as novidades da Receita para o CFC e Fenacon para que todos possam se organizar e se preparar", esclarece. (CFC-ANCEP)

### Provável aumento das alíquotas de contribuição faz mais servidores optarem pela Funpresp

A apresentação de proposta de reforma da Previdência com regras mais duras para os servidores abriu uma corrida de funcionários públicos em busca de migração para o sistema de capitalização já existente na União, a Funpresp, noticia a **FOLHA DE S. PAULO**. A adesão a esse sistema seria uma forma de fugir do aumento das alíquotas previdenciárias cobradas do funcionalismo.

Aberto desde setembro do ano passado, o período de adesão será fechado no dia 29 de março. Ao mudar de sistema, funcionários públicos poderiam escapar não apenas da possível alta na taxa cobrada sobre os salários enquanto estão na ativa, mas também da que incide sobre as aposentadorias de quem continua no regime próprio dos servidores.

No mesmo dia em que a reforma foi apresentada, as buscas pelo termo "Funpresp" no Google dispararam.

De outubro a janeiro, período no qual o prazo de migração também estava aberto, a média de adesão à Funpresp era de três funcionários públicos por mês na Câmara e outros três no Senado. Somente na última semana de fevereiro, depois que a proposta foi apresentada, sete servidores optaram pela mudança na Câmara. O movimento foi ainda mais forte no Senado, onde as migrações saltaram para 27 no período entre 20 de fevereiro e 7 de março.

A expectativa do governo é que 3.000 pessoas façam a adesão ao fundo, informou o secretário-adjunto de Previdência do Ministério da Economia, Naron Gutierrez.

Nas duas oportunidades de adesão desde a criação da Funpresp, que totalizaram quatro anos de prazo, 12,6 mil servidores aderiram.

## Funcef: divulgada a nova política de investimentos

A Funcef divulgou suas políticas de investimento para o quinquênio 2019-2023. No caso do REG/Replan Saldado e Não Saldado, planos considerados mais maduros, informa o **SITE DA REVISTA INVESTIDOR INSTITUCIONAL**, a meta será de reduzir riscos e entregar um resultado um ponto percentual acima da meta atuarial, a fim de recuperar parcela do déficit. Em relação às contribuições extraordinárias realizadas para equacionar o déficit dos planos, as parcelas serão aplicadas exclusivamente em títulos do Tesouro, podendo ser transformadas em ativos líquidos apenas em caso de necessidade.

As políticas também preveem uma redução gradual dos investimento em renda variável para esses planos.

Para o Novo Plano e REB, as premissas aprovadas incluem manter a atual exposição em renda fixa, elevar a fatia de renda variável e reduzir as aplicações em investimentos estruturados.

Os planos têm políticas de investimentos específicas para assistidos e ativos, sendo que a carteira com recursos dos primeiros contará apenas com aplicações em títulos públicos levados até o vencimento, ativos líquidos, contratos de empréstimos e financiamentos, enquanto na dos demais serão feitos investimentos em todos os segmentos permitidos pela legislação.